

## **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

Vinculado ao Ministério da Fazenda, o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é a maior empresa pública de prestação de serviços em tecnologia da informação do Brasil. Com sede em Brasília, conta com 10 Projeções Regionais, 26 Escritórios e 10.618 profissionais. Criada em 1º de dezembro de 1964, é regida atualmente pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970 e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791/2009.

Com personalidade jurídica de direito privado, capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, é integrante do Orçamento de Investimentos das Estatais, e responsável por prover e integrar soluções, prestando serviços baseados na tecnologia da informação e comunicações, para propiciar a realização das Políticas Públicas, visando o êxito das finanças e da governança do Estado, em benefício da sociedade.

O SERPRO, por sua ampla e notória experiência na prestação de serviços aos órgãos de Governo, detém conhecimentos singulares, que lhe permitem integrar soluções, bem como alcançar os objetivos dos seus clientes de maneira segura, continuamente aperfeiçoada e sempre em caráter evolutivo.

Ao longo desses 45 anos, cresceu desenvolvendo soluções que permitam maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos. Aprimorou tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, promovendo a integração de Soluções Estruturadoras e de Gestão do Governo Federal, dotadas de características de desenvolvimento, produção, níveis de qualidade, sigilo, transparência e de segurança requeridos pelo Governo, distinguindo-se em seu segmento.

Como fiel depositário de informações governamentais, mantém bancos de dados com abrangência nas áreas: tributária, financeira, contábil, orçamentária e de gestão de governo.

Com o emprego adequado de soluções estruturadoras, vem contribuindo efetivamente para racionalização e modernização de setores estratégicos da Administração Pública, nas diversas esferas do Governo, sem descuidar de sua responsabilidade social empresarial, onde tem papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital.

## **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme os preceitos estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Lei nº 10.303/2001, Lei nº 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, além dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas contábeis recomendadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para as companhias abertas, conforme estabelecido na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 11: *“na ausência de disposições específicas prevalecem as práticas já consagradas pela profissão contábil formalizadas ou não pelos organismos próprios”*.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2009, determinação esta dada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em seu processo de encerramento.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência, ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas, e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

Desde o Exercício Social de 2008, a empresa adota as alterações na legislação societária, estando os ajustes relativos à referida lei detalhados em suas respectivas notas. Essas alterações tiveram como principal objetivo adequar a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com as constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade, que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas estimativas para determinados ativos e passivos. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 16 de março de 2010.

### **NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1 – Instrumentos Financeiros**

Estes instrumentos são classificados por categorias, de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos: “títulos mantidos até o vencimento” - aqueles que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo, ou seja, ativos adquiridos, com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento; e “ativos financeiros disponíveis para venda” - que são incluídos em ativos não-circulantes e contabilizados pelo valor justo.

Os ativos financeiros registrados na entidade estão mensurados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço, sendo considerados investimentos de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*).

### **3.2 – Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são escrituradas obedecendo o regime de competência.

### **3.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

Esta provisão é constituída com base na análise do histórico de recebimentos de faturas, que se apresenta de modo sazonal, concentrando a maior parte do seu recebimento no último mês do exercício. Assim, buscou-se a adoção de um indicador baseado nesses dados, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis e consequente representação de seu valor justo.

Tomando-se por base o estudo das faturas pendentes de recebimento, por cliente, a PCLD está fundamentada no princípio da prudência, ajustado de 3,78% para 5,49%, percentual considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

Para fins fiscais, o valor da provisão registrado no exercício está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

### **3.4 – Imobilizado**

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção ou reparo, quando representem melhorias, são agregados ao valor do bem e os demais debitados no resultado, respeitando-se o regime de competência. A depreciação está calculada pelo método linear e as taxas utilizadas consideram a expectativa de vida útil econômica dos bens, em conformidade com parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 162/98 da Secretaria da Receita Federal.

Estão registrados valores em Obras em Andamento, que, à medida em que forem concluídas as obras e entrarem em operação, serão transferidos para conta específica, de acordo com o estabelecido na legislação vigente (Art. nº 346 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99). O montante encontrado em 2009 se refere a obra do Centro de Processamento de Dados – CPD, localizado na Regional Brasília, com previsão para conclusão no primeiro semestre de 2010.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem do valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos. Com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes, e conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007 e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 13 – o saldo da reavaliação da empresa será mantido até a sua realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

### **3.5 – Intangível**

Em virtude da entrada em vigor da Lei nº 11.638/2007 e Pronunciamento CPC nº 04/2008, as Cessões de Direito de Uso e Licenças de Uso de Software estão contabilizadas no Grupo Intangível, dentro do Ativo Não Circulante, sujeitando-se à

amortização pelo respectivo prazo de vida útil. Os gastos controlados pela empresa, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis, e sua vida útil classificada nestes parâmetros para fins de amortização.

A definição da vida útil dos softwares ocorre a cada nova aquisição. Desta forma, estão registradas as licenças de software e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação de resultados futuros.

### **3.6 – Redução ao valor recuperável de ativos**

Em 2009, o estudo para a avaliação dos bens do Ativo Imobilizado obedeceu aos seguintes critérios: avaliação de todos os imóveis e itens de maior valor alocados nas Unidades Geradoras de Caixa selecionadas. As técnicas determinantes para a avaliação trataram a comparação a valor de mercado ou custo de reposição, além da elaboração de estudo avaliando a capacidade do bem selecionado de contribuir para a geração de caixa no exercício.

Orientado pelos estudos acima descritos, o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

### **3.7 – Tributos**

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.7.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99);

3.7.2 – O Imposto sobre Serviços – ISS está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador;

3.7.3 – A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.7.4 – O registro do Imposto de Renda (15%), do adicional do Imposto de Renda (10%), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis;

3.7.5 – A contabilização do Ativo Fiscal Diferido está de acordo com o estabelecido na Deliberação CVM nº 371/2002.

### 3.8 – Passivo não Circulante

As obrigações de longo prazo estão constituídas com base na expectativa de suas realizações, estando demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos juros incorridos.

### 3.9 – Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade requer que a Administração da Empresa, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas e provisão para o déficit técnico do Fundo Multipatrocinado SERPROS referente ao Plano SERPRO I (PS I).

### 3.10 – Informações adicionais às Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, em anexo a esta Nota Explicativa está sendo apresentada a Demonstração do Valor Adicionado – DVA (Anexo), elaborada de acordo com a norma CPC nº 09.

## NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão assim discriminadas:

Em R\$

Discriminação	2009	2008
Bancos c/ Movimento	83.273.332,26	41.212.501,79
Fundo de Aplicação Financeira	151.405.591,11	273.994.017,63
<b>TOTAL</b>	<b>234.678.923,37</b>	<b>315.206.519,42</b>

### 4.1 – Fundo de Aplicação Financeira:

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, no valor de R\$ 151.405.591,11, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

### 4.2 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros depositados diretamente na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representando o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional.

## **NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS**

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis, mantidos até o vencimento e/ou disponíveis para venda. As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado inferior ao custo e encontram-se demonstradas abaixo:

	Em R\$	
	2009	2008
Incentivos Fiscais	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.311.369,91)	(9.242.131,75)
<b>TOTAL</b>	<b>582.396,38</b>	<b>651.634,54</b>

## **NOTA 6 – CRÉDITOS DE CLIENTES**

O detalhamento dos créditos a receber encontra-se assim discriminado:

	Em R\$	
Discriminação	2009	2008
Faturas a Receber	550.932.233,53	385.119.633,27
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.246.179,62)	(14.557.522,14)
<b>TOTAL</b>	<b>520.686.053,91</b>	<b>370.562.111,13</b>

## **NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO**

Estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente, conforme discriminado abaixo:

	Em R\$	
Discriminação	2009	2008
<b>Base de cálculo da Contribuição Social:</b>		
Lucro Contábil antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	45.458.711,45	722.921,85
(+) Adições	90.233.070,81	104.388.547,42
(-) Exclusões	84.651.487,12	111.568.861,96
<b>Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa 2008</b>	51.040.295,14	(6.457.392,69)
<b>(-) Base de Cálculo Negativa 2008 (compensação)</b>	6.029.513,28	-
Base de Cálculo da Contribuição Social	45.010.781,86	(6.457.392,69)
Contribuição Social – Alíquota 9%	4.050.970,37	-
(-) Antecipações	18.061.371,21	13.328.859,38
<b>Saldo a Compensar</b>	<b>(14.010.400,84)</b>	<b>(13.328.859,38)</b>
<b>Base de Cálculo do Imposto de Renda:</b>		
Lucro Contábil depois da CSLL	41.407.741,08	722.921,85
(+) Adições	94.101.240,47	104.293.736,50

(-) Exclusões	84.651.487,12	111.568.861,96
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal	50.857.494,43	(6.552.203,61)
<b>(-) Prejuízo Fiscal 2008 (compensação)</b>	6.124.324,20	-
<b>Base de Cálculo do IRPJ</b>	44.733.170,23	-
Imposto de Renda – Alíquota 15%	6.709.975,53	-
Adicional do IR – Alíquota 10%	4.449.317,02	-
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	268.399,01	-
Imposto Devido	10.890.893,54	-
(-) Antecipações	76.063.997,69	60.917.953,79
<b>Saldo a Compensar</b>	<b>(65.173.104,15)</b>	<b>(60.917.953,79)</b>

## **NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 105.102.928,22 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

### **8.1 – Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar**

O saldo de R\$ 79.183.504,99 refere-se à diferença entre o IRPJ e a CSLL devidos anualmente e às antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

### **8.2 – Créditos Fiscais Diferidos**

Estes créditos correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias e registrados em atendimento à Deliberação CVM nº 371, assim discriminados:

	<b>Em R\$</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Licença – Prêmio	6.992.466,53	12.171.554,55
Plano de Previdência Complementar	5.356.396,46	6.090.067,45
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	301.242,54	301.242,54
Provisão para Perdas Prováveis	2.726.458,15	2.726.458,15
<b>TOTAL</b>	<b>15.376.563,68</b>	<b>21.289.322,69</b>

Ressalta-se que os créditos referentes à Provisão para Perdas Prováveis, no valor de R\$ 2.726.458,15 foram reclassificados do grupo Não Circulante para o Circulante em consequência da reclassificação dos Ativos Financeiros FINAM/FINOR (NOTA 5), fato gerador do referido crédito.

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva

dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

### **8.3 – Créditos Fiscais Diversos**

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 10.542.859,55.

### **NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL**

O SERPRO possui 3.298 empregados cedidos ao Ministério da Fazenda e outros órgãos. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso destas despesas, com fundamento no Decreto nº 5.213/2004.

Em 2009, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 182.744.148,71 (R\$ 172.729.233,57 em 2008), conforme Demonstração do Resultado do Exercício, e os valores pendentes de recebimento, no total de R\$ 28.141.471,58 (R\$ 34.964.387,34 em 2008).

### **NOTA 10 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO**

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoxarifado, no valor de R\$ 1.141.459,20 (R\$ 1.022.810,19 em 2008).

### **NOTA 11 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em cumprimento à determinação judicial, pendente de julgamento na data das demonstrações contábeis, conforme discriminação abaixo:

	Em R\$	
	2009	2008
Depósitos Judiciais	181.030.314,70	180.154.889,56
Depósitos Recursais	17.206.796,38	15.072.879,70
<b>TOTAL</b>	<b>198.237.111,08</b>	<b>195.227.769,26</b>

### **NOTA 12 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e de acordo com os itens a seguir, compreendem basicamente:



## 12.1 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$	
	2009	2008
Contingências Trabalhistas	48.869.676,20	60.119.554,62
Planos de Previdência Complementar	57.564.894,83	57.058.219,77
<b>TOTAL</b>	<b>106.434.571,03</b>	<b>117.177.774,39</b>

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 240 parcelas, tiveram 150 delas realizadas até o encerramento de 2009.

## 12.2 – Processo Trabalhista nº 2047/SP

Desde o exercício 2005, consta no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241.883.426,54 referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo no Balanço do SERPRO realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está em acordo ao parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

O valor de R\$ 125.969.781,34, registrado no Passivo não Circulante, refere-se a obrigação pendente de liquidação. A Empresa vinha honrando os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se a conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos do acordo.

	Em R\$	
	ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos / Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Saldo a pagar em Dezembro de 2009	-	<b>125.969.781,34</b>
Valor a receber em Dezembro de 2009	<b>241.883.426,54</b>	-

### 12.3 – Títulos de Crédito

Os Títulos de Crédito compreendem as Notas do Tesouro Nacional – NTN-P e referem-se às alienações das ações da EMBRAER, TELEBRÁS e COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 09/07/2012, 16/03/2010 e 28/12/2014, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias nºs 57/1998, 58/1998 e 61/2000, da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes valores montam R\$ 2.757.290,41 em 2009 (R\$ 2.568.877,70 em 2008).

### NOTA 13 – BENS A ALIENAR

Registra-se, neste grupo, o valor de R\$ 17.022,17 (R\$ 73.030,14 em 2008), referente aos bens destinados à alienação, ou seja, transferência de domínio a terceiros. As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, preferencialmente, por meio de doações a entidades públicas, parceiras do SERPRO na realização de ações sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas federal, estadual e municipal.

### NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS

O valor de R\$ 41.863,79 (R\$ 36.060,77 em 2008), registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

### NOTA 15 – IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado pelo valor de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido das depreciações, exceto os imóveis que se apresentam pelo valor de mercado, realizado em dezembro de 2005, com base em laudo pericial. A depreciação é computada pelo método linear e as taxas praticadas estão de acordo com a legislação sobre o Imposto de Renda, conforme segue:

Em R\$

	Taxa de Depreciação	Saldo em 2009	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
				2009	2008
Edifícios	4%	121.702.601,82	21.801.365,70	99.901.236,12	103.849.982,13
Terrenos	-	74.188.750,00	-	74.188.750,00	74.188.750,00
Obras em Andamento	-	20.291.453,70	-	20.291.453,70	20.600.252,17
Mobiliário em Geral	10%	23.199.641,06	12.124.059,82	11.075.581,24	11.610.217,58
Outros Bens Móveis	10%	51.999.449,92	18.780.083,70	33.219.366,22	17.741.033,35
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	516.225.493,87	300.383.498,24	215.841.995,63	222.195.224,37
Instalações	10%	32.622.441,00	23.773.057,40	8.849.383,60	4.724.467,32
Veículos	20%	290.129,21	258.557,86	31.571,35	34.980,91
<b>TOTAL</b>		<b>840.519.960,58</b>	<b>377.120.622,72</b>	<b>463.399.337,86</b>	<b>454.944.907,83</b>

## **NOTA 16 – ATIVO INTANGÍVEL**

O saldo aqui registrado corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Os ativos adquiridos tratam-se de softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções, os quais demonstramos abaixo:

Em R\$

Prazo de Amortização (meses)	Saldo em 2009	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2009	2008
12 a 60	121.406.181,52	62.479.331,08	58.926.850,44	38.344.641,02

## **NOTA 17 – DEPÓSITOS**

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza.

## **NOTA 18 – CONSIGNAÇÕES**

O montante de R\$ 8.716.030,78 (R\$ 5.459.328,65 em 2008) representa, basicamente, as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, que corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

## **NOTA 19 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS**

O valor de R\$ 96.216.053,93 refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa (R\$ 75.997.520,27 em 2008).

Em 2009, em virtude da não celebração do Acordo Coletivo de Trabalho, reconheceu-se no resultado do exercício o valor de R\$ 10.504.385,72, referente aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento.

## **NOTA 20 – PESSOAL A PAGAR**

Até 31 de dezembro de 2009, as negociações para a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho, com data base em maio de 2009, não foram concluídas. Em atendimento ao Princípio Contábil da Competência, está reconhecido no resultado do exercício o valor de R\$ 23.447.289,55, mensurado pela aplicação do percentual de 5,53% sobre a Folha de Pagamento de maio a dezembro. De acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 25, o valor registrado foi tratado como Provisão no Passivo Circulante, por se tratar de obrigação presente, derivada de evento já ocorrido, com certeza de liquidação que resultará em saída de recursos da entidade, porém com prazo e valores incertos.

## **NOTA 21 – PROVISÕES DE PESSOAL**

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Em R\$

	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	74.862.397,77	32.649.231,12	(14.594.124,71)	92.917.504,18
Licença – Prêmio	47.935.373,97	20.490.886,93	-	68.426.260,90
<b>TOTAL</b>	<b>122.797.771,74</b>	<b>53.140.118,05</b>	<b>(14.594.124,71)</b>	<b>161.343.765,08</b>

## **NOTA 22 – PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

O SERPRO é patrocinador do fundo de pensão – SERPROS, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica de direito privado, instituída em 1978, tendo por finalidade básica instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das patrocinadoras.

Atualmente são administrados dois diferentes planos de benefícios:

### **Plano SERPRO I – PS I**

Plano de Benefício Definido – BD, com 3.549 participantes ativos e 2.721 assistidos, onde participantes e Patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco. O benefício definido é aquele instituído para atender cada participante quando se aposenta com um benefício pré-determinado no regulamento do plano. Neste plano são oferecidos os seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, aposentadoria especial, aposentadoria de ex-combatente, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria proporcional, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão, auxílio-doença/acidente de trabalho, abono de natal, resgate.

### **Plano SERPRO II – PS II**

Plano de Contribuição Variável – CV, de forma mista entre Contribuição Definida – CD e Benefício Definido – BD, é composto por 6.210 participantes ativos e 155 assistidos. O

participante decide sua contribuição mensal para ter a renda futura esperada e também para os benefícios de risco. A Patrocinadora contribui paritariamente para garantir a seus participantes e beneficiários os seguintes benefícios: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, pecúlio por morte, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-doença/acidente de trabalho, abono de natal e resgate do saldo de contas.

O Conselho Deliberativo da Entidade aprovou as seguintes premissas atuariais:

- Tábua de Mortalidade: AT-83, segregada por sexo;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light-Média, sendo esta tábua unisex;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49, segregada por sexo;
- Morbidez: Experiência STEA, tábua unissex;
- Desligamento: 1% a.a. para idades até 47 anos e 0% para as demais idades;
- Inflação: 4,0% a.a.;
- Crescimento Real dos Salários: 3,6% a.a.;
- Taxa Real de Juros: 6% a.a.;
- Composição Familiar: Hx (encargo médio de herdeiros por morte de participante de idade x) desenvolvido pelo SERPROS.

Compõem-se às obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R\$ 15.754.107,20, referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2009, as obrigações de longo prazo por benefícios pós-aposentadoria, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

	Em R\$	
	2009	2008
Contrato SERPRO x SERPROS	71.900.896,26	74.166.833,63
Déficit Técnico Plano SERPRO (PS-I)	111.537.149,69	111.537.149,69
<b>TOTAL</b>	<b>183.438.045,95</b>	<b>185.703.983,32</b>

O valor de R\$ 71.900.896,26 refere-se às parcelas restantes das obrigações que foram originalmente pactuadas em 240 meses, sendo que, até 31 de dezembro de 2009, foram amortizadas 150. Os valores são atualizados mensalmente pelo INPC.

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União – TCU – Acórdão 6928/2009, datado de 01 de dezembro de 2009, o SERPRO suspendeu os pagamentos das parcelas devidas dos contratos da Lei 8.020/90, Dotação Inicial e Migração de Participantes do Plano PS-I para PS-II.

Registra-se, ainda, provisão referente ao reconhecimento do déficit atuarial do plano previdencial de benefício definido – Plano SERPRO I (PS-I), administrado pelo SERPROS

Fundo Multipatrocinado, no valor de R\$ 111.537.149,69 (R\$ 17.905.182,78 em 2006 e R\$ 93.631.966,91 em 2007).

Em 15 de dezembro de 2009, o SERPRO contratou empresa de consultoria especializada, tendo como objeto a prestação de serviços de análise e avaliação da proposta do SERPROS de equacionamento e saldamento do plano de benefício SERPRO I - PS-I, de modo a analisar e validar os aspectos jurídicos que fundamentam a questão do “Custo do Serviço Passado” para o Plano PS-I, observando se estes atendem aos procedimentos internacionalmente aceitos e aos dispositivos legais e regulatórios aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC da administração pública e, também, as questões jurídicas e tributárias.

### **NOTA 23 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR**

A Empresa possui programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas, bem como à aprovação pelo Conselho Diretor. O montante destinado à distribuição no exercício de 2009, foi de R\$ 2.726.282,05 (R\$ 45.632,94 em 2008). A apuração dos valores devidos corresponde a 25% do montante destinado a remuneração do acionista, conforme Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

### **NOTA 24 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

De acordo com as disposições estatutárias, estão assegurados à União dividendos de 25%, sendo que os valores referentes ao exercício de 2009, foram propostos pela administração e estão sujeitos à aprovação do Conselho Diretor.

O SERPRO efetuou, neste exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/1995 e Deliberação CVM nº 207/1996. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais e, para efeito de apresentação, este valor foi demonstrado na DRE antes do Lucro Líquido com o título “Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio”. O benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social no exercício foi de R\$ 3.707.743,58.

Em R\$

	2009	2008	2007	TOTAL
Dividendos do Exercício	-	602.448,73	42.901,73	645.350,46
Juros sobre o Capital Próprio	10.905.128,19	-	15.119.491,43	26.024.619,62
Dividendos Complementares	-	18.217.131,39	10.826.430,68	29.043.562,07
Atualização	-	1.872.431,38	8.497.656,34	10.370.087,72
<b>TOTAL</b>	<b>10.905.128,19</b>	<b>20.692.011,50</b>	<b>34.486.480,18</b>	<b>66.083.619,87</b>

Os valores de R\$ 18.217.131,39 e R\$ 10.826.430,68 constantes do quadro acima referem-se aos dividendos complementares dos exercícios de 2008 e 2007, oriundos dos créditos fiscais diferidos realizados nesses períodos.

Neste exercício foi pago o valor de R\$ 10.000.000,00, referente à parte dos dividendos devidos a União no exercício social de 2007.

### **NOTA 25 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidentes sobre a Reserva de Reavaliação. Em 31 de dezembro de 2009, os impostos totalizaram R\$ 32.162.963,60 (R\$ 33.931.035,03 em 2008).

### **NOTA 26 – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS**

A empresa é parte envolvida em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo, principalmente, questões trabalhistas.

A administração do SERPRO, com base em informações de sua Consultoria Jurídica e na experiência anterior, referente às quantias reivindicadas, manteve provisão no montante de R\$ 146.316.395,78 (R\$ 177.914.052,72 em 2008). A redução em relação ao exercício anterior é determinada pela adoção de nova prática na composição da referida provisão, em acordo com as normas internacionais de contabilidade, Pronunciamento CPC nº 25 de 26 de junho de 2009, sendo considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com tais processos.

A nova prática adotada calcula o valor com base no histórico de ações similares e nos valores pagos para estas ações.

A movimentação da provisão no exercício de 2009, está demonstrada a seguir:

	Em R\$
<b>MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	177.914.052,72
Reversão da Provisão	31.597.656,94
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>146.316.395,78</b>

### **NOTA 27 – CAPITAL SOCIAL**

O capital social subscrito e integralizado está registrado no montante de R\$ 617.354.829,23. Neste exercício, foi acrescido o valor de R\$ 90.367,31, derivado da utilização da Reserva de Riscos Eventuais constituída em 2008.

### **NOTA 28 – RESERVA DE REAVLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS**

Esta reserva está constituída em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005 com base em laudo de avaliação. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo é de R\$ 121.750.424,72 (R\$ 125.182.563,37 em 2008), e se encontra deduzido dos seus tributos correspondentes.

A reserva de reavaliação é realizada pela depreciação ou baixa dos bens reavaliados. O saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização.

## **NOTA 29 – RESERVAS DE LUCROS**

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira, conforme discriminado nas notas a seguir:

### **29.1 – Reserva Legal**

A reserva legal está constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Em R\$</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>43.190.047,16</b>
( + ) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	2.726.282,05
<b>= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL</b>	<b>45.916.329,21</b>
( - ) RESERVA LEGAL – 5%	2.295.816,46

### **29.2 – Reservas Estatutárias**

A Reserva Estatutária é formada pela Reserva de Investimentos, onde 5% do lucro líquido, até 20% do capital social, são destinados à atualização do parque computacional e à aquisição de bens patrimoniais necessários à consecução dos objetivos institucionais do SERPRO, cujo saldo na data das demonstrações contábeis é de R\$ 30.338.291,91 (R\$ 28.666.914,89 em 2008);

O Estatuto do Serpro, Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009, artigo nº 19, inciso IV, aboliu a Reserva para Riscos Eventuais, deixando esta de ser constituída em 2009.

### **29.3 – Reserva de Retenção de Lucro**

A Lei das Sociedades Anônimas permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, previamente aprovado pelo Conselho Diretor. Em 31 de dezembro de 2009, a empresa mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 218.789.000,21 (R\$ 185.961.720,97 em 2008).

## **NOTA 30 – LUCROS ACUMULADOS**

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:



	Em R\$
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>43.190.047,16</b>
( + ) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	2.726.282,05
<b>= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL</b>	<b>45.916.329,21</b>
( - ) RESERVA LEGAL	2.295.816,46
<b>= BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA</b>	<b>43.620.512,75</b>
( - ) REMUNERAÇÃO DO ACIONISTA (25%)	10.905.128,19
<b>= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA ESTATUTÁRIA</b>	<b>32.715.384,56</b>
( - ) RESERVAS ESTATUTÁRIAS (5%)	1.635.769,23
( - ) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	2.726.282,05
<b>Saldo do período 01/01/2009 a 31/12/2009</b>	<b>28.353.333,28</b>
<b>( - ) Reserva de Retenção de Lucro</b>	<b>28.353.333,28</b>
<b>Saldo de Lucros Acumulados em 31/12/2009</b>	<b>0,00</b>

### **NOTA 31 – RESULTADO FINANCEIRO**

As receitas financeiras correspondem, principalmente, aos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras. Quanto às despesas, correspondem, basicamente, aos juros incidentes sobre os dividendos e encargos financeiros das obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

	Em R\$	
	2009	2008
Despesas Financeiras	(28.072.782,15)	(40.216.976,26)
Receitas Financeiras	30.505.704,33	29.585.235,65
Juros sobre o Capital Próprio	(10.905.128,19)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(8.472.206,01)</b>	<b>(10.631.740,61)</b>

### **NOTA 32 – SEGUROS**

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

### **NOTA 33 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES**

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2009, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 712,72 e R\$ 21.107,69. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 25.677,00.

### **NOTA 34 – CONTINGÊNCIA ATIVA**

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R\$ 2.715.904,54, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R\$ 192.530,45, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido realizado no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

### **NOTA 35 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC**

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a norma CPC nº 03, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

Brasília, 31 de dezembro de 2009.

Marcos Vinícius Ferreira Mazoni  
**Diretor-Presidente**

Antônio Sérgio Borba Cangiano  
**Diretor**

Ana Maria Mallmann Costi  
**Contadora CRC – DF 8.894/0-6**